

- LI -

OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Luana Estefani Vicensotto. UFMS/CPTL.³⁴
luanavicensotto@gmail.com

Tarcísio Luiz Pereira. UFMS/CPTL.³⁵
tarcisio.pereira@ufms.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

A educação superior brasileira nas últimas décadas, vem sendo arrolada por políticas de governo e de Estado, que vão desde a mercantilização da educação, por meio de incentivos governamentais ao processo de expansão e consolidação de grupos de ensino superior privados, aos mecanismos de terceirizações de setores essenciais das instituições de educação superior públicas.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo principal discutir, a partir do curso de pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas-MS – UFMS/CPTL, acerca do papel da universidade na formação de professores frente aos novos desafios para a Educação Superior.

Cabe destacar que a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, teve sua origem em 1962. Em 1970, foi criado o Centro Pedagógico de Três Lagoas (CPTL). Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a antes Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT)

³⁴ Graduanda do curso de Pedagogia da UFMS/CPTL. Bolsista do Programa – Residência Pedagógica e Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em formação de professores (GFORP). Mato Grosso do Sul – MS

³⁵ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS-FAED). Professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS-CPTL). Pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisas em formação de professores (GFORP). Mato Grosso do Sul – MS

foi federalizada passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). (UFMS/CPTL, 2015, p. 6).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia (UFMS, 2015), a Pedagogia do CPTL foi instituída em 1970. Inicialmente, foram oferecidas as habilitações de Magistério das Matérias Pedagógicas de 2º Grau e Orientação Educacional. A partir de 1976, a habilitação em Orientação Educacional foi substituída pela de Supervisão Escolar.

Em 1983, em decorrência da política de implantação das licenciaturas homônimas na UFMS, o currículo do curso foi revisto e sofreu uma adequação, de comum acordo com as propostas emanadas dos demais Campi Universitários.

Em 1985 o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia teve devidamente reconhecidas as habilitações: Magistério das Matérias Pedagógicas de 2º Grau (Ensino médio); Habilitação em Orientação Educacional e Habilitação em Supervisão Escolar. No ano de 1992 o curso incorpora a formação de professores de séries iniciais e pré-escola deixando-se de oferecer, então, a habilitação em Supervisão Escolar.

Com as mudanças políticas ensejadas pela LDB (Lei nº 9394/1996), o Curso de Pedagogia adequou-se à nova estrutura didática da educação brasileira e as orientações do Conselho Nacional de Educação para formação de professores para o magistério. Passou a denominar-se: Pedagogia - Magistério da Educação infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

A partir de 2004, o CPTL passou a contar com dois Cursos de Pedagogia – Pedagogia: “Educação Infantil” e Pedagogia “Séries Iniciais do Ensino Fundamental”. Em 2009, estes cursos encerraram suas turmas e, sendo assim, em 2010, todas as turmas ficaram vinculadas ao Curso de Licenciatura em Pedagogia. Outra mudança importante na estrutura organizacional dos cursos da UFMS e do curso de Pedagogia do CPTL, é que a partir de 2010, os cursos de graduação foram semestralizados, extinguindo o regime anual o que vigora até o momento.

Neste contexto, apresenta-se, neste trabalho, um recorte de pesquisa maior, em desenvolvimento na UFMS/CPTL, na modalidade descritiva com análise documental, a partir do curso de pedagogia desta instituição - percorrendo sobre os elementos históricos de sua constituição e suas implicações na formação docente. No bojo dos levantamentos e questionamentos apresentados, busca-se provocar reflexões no sentido de contribuir com as discussões acerca do papel da Universidade Pública no contexto das mudanças atuais.

Pode-se dizer que no cenário atual é conferida à educação e aos cursos de formação de professores uma relevância indiscutível, na busca da igualdade social, desenvolvimento

humano, científico, econômico, político, tecnológico e cultural, e a universidade não foge a esta lógica.

DESENVOLVIMENTO

A implantação do ensino superior brasileiro, como se sabe, se deu somente, quando a Corte portuguesa, ameaçada pela invasão napoleônica da Metrópole, se trasladou, em 1808, para o Brasil. “Com a transferência da Corte real para o Rio de Janeiro, em 1808 gerou um forte influxo educacional e cultural, demandando o reforço da formação da elite administrativa local”. (SILVA, 2013, p. 21).

Ao longo do século XIX, a Coroa manteve o monopólio do ensino superior e não permitiu que ele se expandisse de forma significativa. “Até 1900 não havia mais de 24 dessas escolas de formação profissional no país”. (TEIXEIRA, 1969, p. 59).

Com a proclamação da República, e como resultado dessas novas concepções, a nova Constituição descentralizou o ensino superior e permitiu a criação de instituições privadas. Entre 1889 e 1918, 56 novas escolas de ensino superior, na sua maioria privadas, foram criadas no país. (TEIXEIRA, 1969, p. 60).

Com a reforma educacional de Francisco Campos que marca o fim da Primeira República e o início do Estado Novo, “essa reforma atingiu a todos os níveis de ensino e definiu, pela primeira vez, o formato legal ao qual deveriam obedecer as universidades a serem organizadas no Brasil”. (DURHAM e SAMPAIO, 1994, p. 5).

Durante o período da República Velha surgiram escolas superiores livres, instituídas por empresários, com um crescimento bastante grande. Para Silva (2013, p. 21), esse fenômeno foi produto da necessidade de aumentar a força de trabalho com alta escolaridade e também da influência ideológica do positivismo.

No entanto, tomando como referência a origem e constituição das Universidades nos centros culturais do ocidente, em especial a Europa Ocidental e parte do continente sul americano; a Universidade brasileira é tardia e retardaria, já que os cursos superiores (não a Universidade) vão surgir no país na segunda década do século XIX (1824-1825) destacando-se os cursos de direito em São Paulo-SP e em Olinda-PE, e na sequência o curso de medicina no Rio de Janeiro-RJ (1850).

“Universidade no sentido *lato sensu*, congregando disciplinas científicas num espaço de pesquisa, transmissão de conhecimentos e extensão, só surge em 1934 com a criação da Universidade do Estado de São Paulo – USP” - (NETTO, 2015) que é resultado de

articulações políticas, militares e da oligarquia paulista que pretendem, após derrota na chamada Revolução de 1930, o domínio hegemônico sobre as classes sociais menos favorecidas, agora não mais, por meio das armas, mas por meio do conhecimento.

Dito isto, “é inegável que a USP foi a ponta de lança de um esquema de poder elitista que resultou na elaboração da ideologia hegemônica do liberalismo brasileiro”. (SOUZA, 2018, p. 111).

Com o governo militar, nas décadas de 1960 e 1970, buscou-se reorganizar a economia e a política, reforçando a orientação de ação associada aos interesses do capital privado. A emergência vigorosa da ideia de um ensino superior privado como alternativa, na década de 1970, capaz de amenizar as reivindicações sociais por educação superior propiciou a implementação de um segmento de “instituições” de ensino superior privadas ou de organizações, como prefere caracterizar Chauí (2001), com um perfil empresarial, marcadamente privatista e com fins lucrativos.

A partir disso, a universidade pública brasileira herda, nas décadas posteriores, uma marca histórica da expressão do elitismo cultural brasileiro que já vinha dos cursos superiores de antes e que vai reverberar nas instituições de educação superior no século XXI.

E neste cenário, as universidades públicas enfrentam, atualmente, vários desafios, sejam de ordem social, as quais têm se deparado, com novas demandas do mundo globalizado e do mercado produtivo; em que cada vez mais sofrem com pressões de poderes políticos e empresariais que lhes impõem mecanismos de controle com um constante e crescente movimento de escassez de recursos e de terceirização de serviços (privatização por dentro).

CONCLUSÕES

Conforme revisão de literatura e breve análise documental, é possível dizer que o Estado brasileiro vem seguindo os ditames do capital financeiro nacional e internacional, já que nos últimos anos mais investimento foram destinados ao setor de ensino superior privado em detrimento da educação superior pública.

Comparando-se o número de instituições a partir do critério dependência administrativa, entre 2005 e 2015, tínhamos 231 IES públicas em 2005, contra 1.934 IES privadas, ou seja, 10,7% das instituições eram públicas, enquanto 89,3% eram privadas. Já em 2015, 295 instituições de educação superior eram públicas (12,5% do total), e 2.069 eram privadas (87,5% do

total). Houve um aumento significativo também na quantidade de estudantes matriculados nas instituições de educação superior privadas: nas IES públicas havia, em 2005, 1.192.189 estudantes matriculados e em 2015 este número subiu para 1.952.145; já nas IES privadas havia, em 2005, 3.260.967 estudantes matriculados e em 2015 houve um aumento para 6.075.152 matrículas. (PEREIRA, 2017, p. 97).

Deste modo, ao problematizar tal temática é possível inferir que, os investimentos públicos e as melhorias das condições de formação nas IES públicas, vem, cada vez mais, perdendo sua efetividade, principalmente na garantia do acesso e permanência de sujeitos historicamente marginalizados; no direito a uma educação de qualidade, pública e socialmente referendada.

Com isso, é evidenciado que o papel da universidade pública na formação docente na sociedade contemporânea, deve encaminhar-se para intensas transformações, o que a direciona para uma atitude de vigilância e luta permanentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Paraná: editora UNIOESTE, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Unesp, 2001.

DURHAM, E. e SAMPAIO, H. **O ensino superior em São Paulo - Diagnóstico.** São Paulo: Núcleo de Pesquisas de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (Nupps/USP), 1994.

NETTO, José Paulo. **Universidade e Lutas Sociais, Palestra Pública.** 2015. (68m34s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=1WTpapTu3Kw&t=217s>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PEREIRA, Tarcísio Luiz. **Monopolização do Ensino Superior Privado no Brasil por meio de processos de fusões e aquisições: O Grupo Uniesp em questão.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2017. Disponível em: < <http://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalhos/index/76>>. Acesso em 12/12/2017.

SILVA, Mauri Antonio da. (Org.) **Crítica à privatização do ensino superior no Brasil.** ED. Editora em Debate. Florianópolis, 2013.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018. 288 p.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil.** 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional – MEC, 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. CENTRO PEDAGOGICO DE TRÊS LAGOAS. Biblioteca Central. **Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia Licenciatura.** Três Lagoas-MS. 2015.